

Tarifas em fúria



Por **DENISE LOBATO GENTIL & GILBERTO MARINGONI***

Mais que uma guerra comercial, é um sintoma de fraqueza. A ofensiva tarifária tenta ocultar a desindustrialização e a perda de impulso tecnológico dos EUA, revelando uma potência em crise que recua ao seu passado protecionista para enfrentar um futuro que não controla mais

Desde 2 de abril de 2025, Donald Trump tem na agressiva política tarifária o principal instrumento de intervenção internacional de seu segundo mandato. Mais que ferramentas econômicas, as tarifas são formas de ataque, pressão e chantagem política abrigadas sob o argumento de proteger a indústria local.

Na verdade, o raio de ação vai além. Utilizando-se do poder sobre a moeda internacional, o dólar, e passando por cima de instituições globais, em especial a ONU e a Organização Internacional do Comércio (OMC), Washington busca reconfigurar a ordem global e impor negociações bilaterais com cada país. Em uma frase, adiar a perda de sua hegemonia global.

A imposição de tarifas teria o efeito de reduzir a supervalorização do dólar, a qual tem o impacto de reduzir competitividade das exportações, gerar déficits comerciais, além de provocar desindustrialização. Nas últimas quatro décadas os EUA têm acumulado déficits estruturais em transações correntes, puxados pelos resultados negativos da balança comercial.

Uma economia que perde impulso

O véu da agressividade tarifária tenta ocultar o propósito defensivo de uma economia que perde impulso tecnológico, produtivo e político em forte dinâmica desindustrializante e financeirizante, desde os anos 1980. Incapazes de competir com a China, os EUA recorrem ao protecionismo comercial, aliado a ameaças militares. Como em toda guerra, o essencial é conquistar unidade interna contra inimigos externos.

O protecionismo se presta a esse papel, tanto por argumentos nacionalistas quanto históricos. A trajetória econômica dos Estados Unidos é a história do protecionismo industrial ao longo de quase um século e meio após a independência, em 1776.

No “Relatório sobre manufaturas”, enviado ao Congresso da Confederação, em 5 de dezembro de 1791, Alexander Hamilton, primeiro secretário do Tesouro dos Estados Unidos, escreveu: “Ao assegurar o mercado interior para a nossa indústria nacional, a capacidade manufatureira fica garantida contra todos os eventos, flutuações de preços e contra todas as mudanças nas condições políticas e econômicas de outras nações. (...) Este é exatamente o caso de um país protegido por um sistema de tarifas inteligente de outro que siga os princípios do livre comércio” (HAMILTON, LIST, CAREY, 2009: 130).

A estratégia industrializante se confunde com a formação da nacionalidade. Isso pode ser constatado quando se examina a

Guerra Civil (1861-64), que unificou o Estado nacional e implantou o capitalismo moderno, industrial e monopolista. O conflito tem entre suas causas controvérsias sobre o regime aduaneiro. (MC PHERSON, 1988: 29, 192, 258 e SOUZA MENDES, 2005: 168).

Industriais e banqueiros nortistas tinham no protecionismo uma peça chave para o desenvolvimento contra a concorrência externa – em especial britânica. Seus manufaturados chegavam com preços menores que os nacionais, graças à alta produtividade de sua economia.

Aos produtores rurais sulistas eram preferíveis regras de livre-mercado, tanto para a importação de maquinário a preços inferiores aos do Norte, quanto para a exportação de produtos primários em condições vantajosas. A dado momento, a expansão do Norte passou a ser travada pela estagnação da demanda sulista. Estavam colocadas ali contradições intransponíveis: o desenvolvimento dependia da ampliação do trabalho assalariado e da extensão do protecionismo a todo país.

A vitória do Norte resolveu a questão. Em fins do século XIX, os EUA despontaram como a principal potência industrial do mundo e apenas abandonaram o nacionalismo econômico radical nas primeiras décadas do século seguinte.

É possível dizer que o país somente reuniu condições para se tornar potência hegemônica no pós-Segunda Guerra Mundial pelo fato de ter protegido seu mercado interno a ferro e fogo por tanto tempo. Apesar de abrandado, o protecionismo é estrutural, disfarçado em setores não competitivos e integra a memória coletiva estadunidense. É desse ponto que Donald Trump parte para consolidar sua ação.

Contra tudo e quase todos

O que hoje pode ser chamado de guerra de tarifas coloca os EUA em oposição a aliados estratégicos na Europa, na América Latina e na Ásia. Tarifas são uma forma de pressão para submeter países que discordam de sua hegemonia e que resistem ao projeto expansionista e militarista de dominação.

O sistema-mundo contemporâneo é marcado por uma rivalidade hegemônica crescente entre os Estados Unidos e a China, centrada, fundamentalmente, no controle da ordem monetária global e da liderança da acumulação de capital. O enfraquecimento do dólar como moeda de reserva internacional abala a hegemonia dos EUA, visível após a crise de 2008.

A tendência à desdolarização acelerou-se com a guerra na Ucrânia, com as sanções ocidentais impostas à Rússia, as iniciativas do BRICS e a mais ousada ofensiva global da China, a Nova Rota da Seda, que já enfeixa mais de 150 países. Assim se pode entender que a política tarifária do governo de Donald Trump como uma estratégia reativa e defensiva para que o país mantenha sua hegemonia hoje em crise.

Os EUA foram líderes no fordismo e da produção em massa desde os primórdios do século XX, mas desde o início dos anos 1980 começaram a perder competitividade industrial frente ao Leste Asiático. De promotores da globalização e do neoliberalismo nos anos 1990, passam a defender o seu contrário, quando a China conquista poder e espaço econômico mundial e travando a disputa dentro das regras do jogo do qual os EUA julgavam que seriam os maiores beneficiários.

A ideia imediata da política de tarifas provém do artigo de Stephen Miran, chefe do conselho de assessores econômicos da presidência dos EUA, intitulado [“A User’s Guide to Restructuring the Global Trading System”](#), de novembro de 2024. Uma de suas ideias centrais pontua que “tarifas geram receita e, se compensadas por ajustes cambiais, apresentam efeitos inflacionários ou colaterais adversos mínimos. (...) As tarifas são, em última análise, financiadas pela nação tarifada, cujo poder de compra real e riqueza diminuem, e que a receita arrecadada melhora a repartição dos encargos pela provisão de ativos de reserva” (MIRAN, 2024).

O texto deu suporte à proposta econômica consolidada no chamado Acordo de Mar-a-Lago, que compõe o programa de

a terra é redonda

governo de Donald Trump. Não se trata apenas de uma política de comércio exterior. Expressa uma mudança estratégica dos EUA e perspectivas de alterações estruturais em seu Estado nacional, baseadas em uma nova doutrina nacionalista e protecionista.

A teoria por trás do acordo está enraizada em ideias como repatriar cadeias produtivas; proteger a indústria e os empregos americanos; depreciar o dólar; reduzir déficits comerciais (ao mesmo tempo em que a moeda manteria o papel dominante de reserva internacional) e restringir concorrências consideradas injustas como a chinesa e a dos demais países com salários baixos.

O documento repete por três vezes a frase atribuída a Donald Trump, de que “segurança nacional está interligada ao comércio internacional”. A ideia foi formulada por Peter Navarro (ex-conselheiro de Trump) e exposta em [entrevista ao Center for Strategic and International Studies \(CSIS\) em novembro de 2018](#).

A estratégia da Casa Branca não tem sido bem-sucedida até o momento. A aplicação de tarifas eleva o preço de produtos importados e faz subir o custo de insumos que são repassados para o preço do consumidor final.

Efeito sistêmico

As tarifas provavelmente terão um efeito sistêmico sobre a economia estadunidense. Elas impactam níveis de preços, importações e exportações, provocando reestruturação industrial com alterações na composição do valor agregado por setor e realocação entre setores, atrasos ou rupturas na cadeia de suprimentos, volatilidade cambial e de fluxos de capitais e aumento de receitas fiscais (tarifárias). Além disso, podem acarretar redução de investimentos e adiamento de novos projetos em função de incertezas e riscos de aumentos de custos.

Para a população, as turbulências podem implicar redução da renda pessoal e de consumo e agravamento da desigualdade de renda (tarifas recaem de forma desproporcionalmente mais danosa sobre os mais pobres). Tais resultados, embora esperados, ainda não estão totalmente consolidados.

Os setores mais afetados pelas tarifas e pelas medidas retaliatórias de países parceiros comerciais são agricultura, manufatura e construção e apresentam perda de rentabilidade.

Há contrapontos. Os serviços de saúde, pagos por famílias de alta renda, e o *boom* da Inteligência Artificial, entretanto, proporcionaram um impulso para estados e indústrias específicos. A construção de *data centers* também está crescendo nos EUA. São setores que escapam aos efeitos recessivos das tarifas. Os dados do mercado de trabalho expressam, porém, uma realidade preocupante. O relatório de emprego não agrícola, o *Payroll* divulgado pelo *Bureau of Labor Statistics*, revelou desaceleração das contratações no mês de agosto. Foram criados 22 mil postos de trabalho quando o esperado eram 75 mil.

Em termos gerais, os números demonstram um quadro de inflação em crescimento, mas não explosiva e forte recuperação na atividade econômica, após um primeiro trimestre de 2025 fraco. O PIB real dos EUA no segundo trimestre de 2025 (estimativa revisada) cresceu a uma taxa anual de 3,8 %. É um percentual expressivo para uma economia das dimensões de uma potência global.

A expansão do produto expressa principalmente uma diminuição nas importações (-29,3%) e um aumento nos gastos do consumidor (2,5%). Chama atenção, na comparação trimestral, a queda brusca dos investimentos de -13,8% no segundo trimestre de 2025, contra um enorme crescimento de 23,3% no primeiro trimestre.

A política monetária do *Fed* é um fator importante para a concretização dos objetivos estratégicos do governo de desvalorizar o dólar. Donald Trump tem defendido juros mais baixos nos últimos meses e por diversas vezes chegou a criticar abertamente o trabalho do *Fed* na condução da política monetária.

a terra é redonda

De janeiro a setembro de 2025 o dólar caiu 10,6% segundo o sistema DXY que mede a relação da moeda frente ao euro, iene, libra, dólar canadense, coroa sueca e franco suíço. A valorização do ouro em relação ao dólar também disparou. Seu valor saltou 40,7% em um ano, entre 26 de setembro de 2024, passando de US\$ 2.672,80 para US\$ 3.759,82 (*Gold Price History in the U.S. 2025*, [Gold Price History United States 2025: USD Gold Prices](#)). O metal é considerado um porto seguro para investidores quando o dólar enfraquece. Além disso, os bancos centrais de diversos países estão reformulando suas políticas de reserva, adquirindo outros ativos como o ouro, euro e remimbi.

A busca por deslocar a manufatura de volta aos Estados Unidos inclui, além de tarifas, cortes de impostos, desregulamentação e ampla oferta de energia, potencialmente elevando a inflação e aprofundando vários problemas sistêmicos à medida que se busca aumentar a manufatura dos EUA.

Consequências políticas

As reações internas ao governo de Donald Trump geram cada vez mais protestos. O governo tem reagido com medidas duras de segurança, enviando tropas federais e até fuzileiros navais da ativa para várias cidades onde ocorrem manifestações como Los Angeles, Washington, Chicago, Baltimore e Portland sob o pretexto de combate ao “terrorismo doméstico”. Há confrontos, episódios de violência e prisões. A medida é vista como um movimento de militarização em resposta a protestos civis.

O assassinato do ativista conservador Charlie Kirk provocou nova escalada de tensões políticas e sociais nos Estados Unidos. O episódio serviu para intensificar a retórica contra a “esquerda radical”, responsabilizada pelas violências e instabilidades no país.

De acordo com a agregação de pesquisas realizada pela revista britânica *Economist*, Donald Trump tinha, no final de setembro, 40% de aprovação popular contra 55% de desaprovação. Para um presidente em primeiro ano de mandato, os indicadores expressam forte insatisfação.

O [comentário da publicação é incisivo](#): “Os americanos não estão apenas decepcionados com a forma como ele lidou com questões básicas como inflação e economia. Eles também não gostam de sua abordagem a questões que eram centrais para seu apelo, como imigração e criminalidade. Apesar disso, ele continua a promover agressivamente políticas impopulares”.

A reação às tarifas parte de diversos campos. A última surgiu no 25º Fórum da Organização de Cooperação de Xangai (SCO) realizado nos dias 31 de agosto e 1º de setembro, em Tianjin. O encontro reuniu o presidente da Rússia, Vladimir Putin, o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, o líder da Coreia do Norte, Kim Jong-un e outros chefes de Estado. Foi firmado acordo para a criação de um banco de desenvolvimento para operar em moedas alternativas ao dólar e assegurar a autonomia financeira dos países-membros.

Breve conclusão

Donald Trump governa como se estivesse prestes a declarar guerra contra o mundo e cria um estado de permanente tensões internas e externas. O manejo de tarifas é uma das alternativas centrais para a resolução da crise de hegemonia enfrentada pelos EUA. Além da guerra comercial global, a perspectiva monopolista das *big techs*: a disputa acirrada por terras raras e minerais críticos, a competição pelo domínio das tecnologias de Inteligência artificial mais avançadas e ameaças militares à América Latina e Ásia, somadas ao apoio incondicional a Israel, compõem um cenário de urgência para o Sul global.

A busca pela desvalorização da moeda para a obtenção de superávits comerciais, contraditoriamente, contribui para enfraquecer a hegemonia do dólar. O déficit comercial assegura que a economia mundial tenha liquidez em dólar para a compra e venda de mercadorias e para as transações com ativos financeiros.

a terra é redonda

Esses dólares retornam para sua economia quando os EUA emitem *treasuries* visando atender a demanda por dólares. Esses títulos irão financiar tanto o déficit nas contas externas como na conta fiscal dos EUA. A capacidade sem limites de financiamento e de gasto dos EUA está ligada à montagem desse sistema monetário de extorsão, que absorve parte significativa da riqueza financeira mundial e que vem lhe permitindo alavancar ainda mais sua presença militar em todos os continentes. (METRI, 2023).

Contraditoriamente, a política do governo de Donald Trump, ao buscar superávits na balança comercial via desvalorização cambial e tarifas protecionistas, fragilizará a papel de do dólar como reserva internacional e limitará o poder, hoje, desproporcional do Estado americano de se projetar sem limites financeiros para suas estratégias expansivas.

A novidade do quadro atual é que ele ocorre diante do crescimento econômico e do crescente poder político de um competidor asiático de peso na disputa pela hegemonia global. É algo completamente inédito desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

***Denise Lobato Gentil** é professora colaboradora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

***Gilberto Maringoni** é jornalista e professor de Relações Internacionais na Universidade Federal do ABC (UFABC).

Referências

HAMILTON, A, LIST, F., CAREY, H., *Cartas da economia nacional contra o livre comércio*, Cepax Dei, Rio de Janeiro, 2009

IRWING, D., “Trade Policy in American History”, in *Annual Review of Economics*, Nova York, 2020.

LIST, Georg Friedrich. Sistema Nacional de Economia Política. In *Os economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MCPHERSON, James, *Battle cry of freedom - The Civil War Era*, Oxford University Press, Nova York, 1988.

METRI, M. *História e diplomacia monetária*. São Paulo: Dialética, 2023.

MIRAN, Stephen, “A User’s Guide to Restructuring the Global Trading System”, Hudson Bay Capital, 2024

SOUZA MENDES, Ricardo Antonio, “América latina - interpretações da origem do imperialismo norte-americano”, in *Projeto História*, 31, São Paulo, 2005

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

CONTRIBUA